

Objetivo 0250: Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.

Caracterização do Objetivo

Estima-se que existam cerca de 24,2 milhões de pessoas ocupadas (com idade entre 16 e 59 anos) sem proteção previdenciária, ou seja, sem vínculo contributivo com a Previdência Social e tampouco a ela vinculadas na condição de beneficiários. Embora a Assistência Social cubra uma parcela dessa população, trata-se de um enorme passivo social e que exige, portanto, uma política de inclusão social e expansão de cobertura previdenciária.

O Ministério da Previdência Social - MPS calcula que, dos 24,2 milhões de trabalhadores desprotegidos, 13,3 milhões poderiam ser contribuintes da Previdência, por terem renda, posição no mercado de trabalho e idade adequados. Os motivos para a não participação desses trabalhadores são variados e podem estar na falta de informação e conscientização sobre a importância da proteção previdenciária, na necessidade de aumento da fiscalização sobre o segmento econômico ou na existência de barreiras à inclusão, dadas as particularidades de cada grupo de não-contribuintes.

No que cabe ao Regime Geral de Previdência Social, o MPS realizou diversas ações nos últimos anos visando ampliar a cobertura previdenciária, em especial, o plano simplificado, o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda. Entre as medidas tomadas destaca-se a Lei nº 12.470/2011, que reduziu a alíquota de contribuição do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário-mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O MPS buscou ainda ampliar a cobertura apoiando o projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. De forma complementar, o MPS publicou nos últimos dois anos diversos estudos sobre o perfil de seus segurados com o objetivo de subsidiar os projetos de inclusão previdenciária. Esse esforço foi importante para se conhecer as características do segurado da área rural, dos segurados de baixa-renda, e dos contribuintes individuais, conhecidos como trabalhadores autônomos.

Os esforços do MPS junto com bom desempenho do mercado de trabalho na última década favoreceram a ampliação da cobertura previdenciária. Assim, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, a cobertura previdenciária passou de 62,5%, em 2004, para 72,5%, em 2013. Em relação às mulheres, o aumento foi maior ainda, passando 60,5%, em 2004, para 72,3%, em 2013.

No tocante à Previdência Complementar, são 2,7 milhões de participantes ativos contribuintes, número considerável em relação à População Ocupada - PO que ganha acima de 6 salários mínimos, a qual estima-se em 3,4 milhões.

O crescimento da participação dessa camada da população na previdência complementar, além de favorecer a manutenção do padrão de vida dos participantes quando da aposentadoria, uma vez que seus rendimentos superam em muito o teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral,

também é um importante mecanismo de ampliação da poupança interna. Nesse sentido, a depender das políticas de fomento implementadas pelo Poder Público, pode-se afirmar que os ativos administrados pelos fundos de pensão possam atingir percentuais cada vez mais representativos em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro, o que propiciará uma menor dependência de nossa economia do capital estrangeiro.

Para aumentar a cobertura previdenciária, seja no Regime Geral, seja no Regime de Previdência Complementar, entende-se como indispensável prover educação financeira e previdenciária à população brasileira, ação que vai permitir ao trabalhador um melhor entendimento dos atrativos dos regimes de previdência, inclusive para seus dependentes.

O Ensino a Distância - EAD sobre o Regime de Previdência Complementar e os benefícios advindos da formação de uma poupança previdenciária de longo prazo vêm sendo oferecidos à sociedade. O mecanismo do EAD permite atingir um maior número de pessoas com menor custo. Por seu intermédio é possível uma divulgação a uma parcela maior da população. A oferta do curso que foi iniciada em 2012 totalizou, até dezembro de 2014, 5.861 cidadãos que tiveram acesso às informações e esclarecimentos sobre os diversos aspectos do RPC, sobre os planos de benefícios que são administrados pelos Fundos de Pensão, e, também, sobre as vantagens oferecidas aos participantes e a toda sociedade.

Ampliar a cobertura previdenciária nos próximos quatro anos, seja no Regime Geral como na Previdência Complementar, ainda requer grandes desafios, sendo indispensável: (i) o fortalecimento da educação previdenciária e financeira, como forma de sensibilizar o público-alvo da importância do seguro previdenciário, seja para o próprio trabalhador como para a sua família e demais dependentes; (ii) a qualificação do perfil do cidadão; e (iii) o aprimoramento das informações de registro civil, trabalhistas e previdenciárias, que vai permitir maior direcionamento na formulação de políticas, na inclusão, fidelização e expansão, e no aprimoramento dos processos e serviços entregues à sociedade relativos aos regimes geral, próprio e complementar.